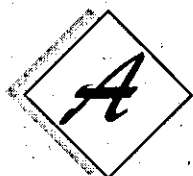


Lazer: qualidade de vida e cidadania

Patricia Zingoni Machado de Morais¹



iniciativa desta revista em discutir lazer, cidadania e qualidade de vida é, sobretudo, fértil neste momento em que muitos dos espaços institucionais e da mídia tratam de um conjunto de conceitos próprios ao ideário construído sobre a égide do modismo e do capitalismo, privando-os de análises críticas que acabam por banalizá-los e reduzi-los. Por isso, neste texto, julgo necessário refletir não apenas sobre o termo cidadania e a expressão qualidade de vida, gravitando na órbita do lazer, mas também sobre a relação deles com o debate tão pouco presente no âmbito contemporâneo brasileiro, que é o desenvolvimento comunitário.

A era da informática ainda é a era dos barracos de madeira ou material aproveitável, da violência urbana, das crianças sem creche e sem escola formal, de população de vida na rua e de tantos outros símbolos de exclusão conhecidos e reconhecidos por todos nós. Na discussão sobre cidadania e qualidade de vida essa, significativa parcela da população brasileira, deve ser compreendida como parceira no processo de transformação social e não como mera usuária ou espectadora de projetos de lazer.

Quando falo de cidadania, refiro-me à noção que está na base das lutas pelos direitos humanos e pela emancipação das pessoas e dos povos, que reflete o progresso democrático possível de um país. Enfim, o fator essencial para esse progresso é a cidadania, definida como competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada. Para o processo de formação dessa competência, o processo emancipatório é crucial, pois funda-se na capacidade crítica e, com base nesta, no poder intervir na realidade de modo alternativo. Fazer-se sujeito competente é não admitir tutela e, também, dispensar assistência (DEMO, 1995).

¹ Licenciada em Educação Física pela UFMG e em Psicologia pela PUCMinas. Pós graduada, *lato sensu*, em Técnicas de Elaboração de Projetos Sociais pela PUCMinas, mestranda em Educação pela FAFI-BH. Professora da Prefeitura de Belo Horizonte e do Curso de Educação Física do UNI-BH.

O desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política e, a partir daí, da pobreza material que estão na raiz da ignorância acerca da condição de massa de manobra. Cidadania é, assim, a raiz dos direitos humanos e, sobretudo, fundante em relação ao Estado. Este, por mais que seja necessário e inevitável como instância delegada de serviço público, não precede e muito menos conduz à cidadania.

Por sua vez, a qualidade de vida também é um direito. Direito constitucional à dignidade humana (BRASIL. Constituição..., 1988). Ao declaramos a dignidade humana como um dos fundamentos de nossa Nação e de nosso modelo de democracia, comprometemo-nos com a formulação de um projeto de desenvolvimento que não seja exclusivamente econômico, mas possível de construir e viver uma ordem social onde os direitos humanos e a vida com qualidade seja acessível a todos.

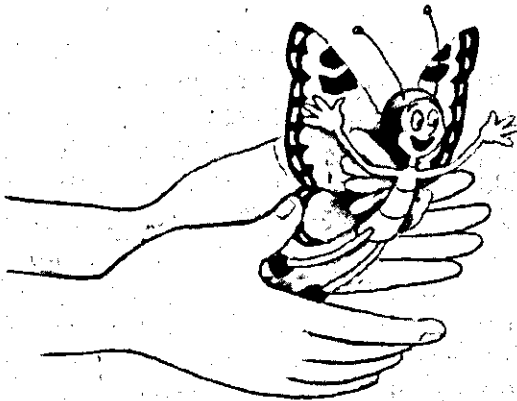
A melhoria da qualidade de vida resulta da qualidade de interação entre pessoas e destas com o meio, vivendo uma sociedade em mudanças. Visa melhorar o desempenho das pessoas no amor, no trabalho, na família, na sociedade e, também, no lazer, conferindo a elas um significado para a existência, a fim de obter desenvolvimento pessoal e social, enfrentando os obstáculos gerados pelo processo de industrialização e urbanização, que têm impostos limites à garantia da dignidade da vida humana.

Se o capitalismo provoca uma série de entraves para a vivência plena dos direitos humanos, gestando uma sociedade visceralmente autoritária e excludente, na qual as relações sociais são baseadas na exploração, os direitos sociais são estabelecidos via clientelismo e favoritismo, os grupos sociais são discriminados e alijados de condições mínimas de vida, a qualidade de vida depende do poder de compra e o conceito de cidadania está a serviço do mercado, o que dizer do lazer? O lazer não é algo alienante dessa problemática social. Constitui um dos elementos essenciais à conquista da cidadania e da qualidade de vida.

O lazer, numa perspectiva cidadã, leva o sujeito a desvelar condições possíveis de realização em meio às barreiras à sua volta. Amplia espaços para que ele possa administrar os conflitos, não para abafá-los ou maquiá-los, escondendo os traços dominadores que variam a cada época, mas para revelar suas resistências e, a partir delas, anunciar utopias. Dessa forma, o lazer passa necessariamente a ser algo mais que um produto de consumo, meio de conformismo e instrumento de alienação na sociedade capitalista.

O conceito do lazer, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida, está voltado para o desenvolvimento do sujeito como pessoa e membro de uma

coletividade que, por meio das relações lúdicas, insiste na longa jornada rumo ao prazer. Nesse sentido, o lazer não é apenas concebido como um tempo de viver o prazer fora das obrigações da vida, ou como um tempo de nos ocuparmos com atividades que divertem, mas sim, particularmente, que a alegria é possível como fruto da conquista da liberdade ao lidar com atitudes, espaços, tempos e atividades que busquem superar os muitos dilemas sociais colocados como limites a essas conquistas.



“Cresce o reconhecimento do lazer como vivência geradora de nova postura cultural. Uma postura de alegria, de prazer, que não é ingênua a ponto de ser fruto de ações meramente reprodutoras de atividades de comportamento sem a percepção do significado e da importância da cultura que se produz, se reproduz e se expressa de modo datado e localizado...” (PINTO, 1997. p.31)

São muitas as reivindicações de grupos e pessoas com vários interesses sociais que articulam o lazer ao conjunto de suas demandas e ações pela cidadania e pela qualidade de vida. No entanto, várias das propostas que se dizem articular com os desejos de mudança que emanam da população, no fundo, buscam mesmo é a manobra e o controle da prática social. Por isso, devemos estar atentos aos mecanismos presentes na sociedade que possam, em vez de conduzir a uma nova prática, reproduzir o quadro presente.

Isso pode ser facilmente observado, por exemplo, nos eventos de lazer que, com os objetivos do “resgate” da cidadania e da melhoria da qualidade de vida, de fato não são capazes de assegurar mudança significativas como se anuncia, pois o evento, por si só, não tem correspondência no cotidiano. Acontece e acabou. Pode deixar um resíduo de sensibilidade em relação aos objetivos pretendidos, mas que se perdem na retomada do dia-a-dia.

Para superar tais situações, precisamos investir na educação pelo e para o lazer, buscando entender como e por que, também nele, enfrentamos limites de toda natureza – conceituais, econômicos, políticos, religiosos, educacionais, étnicos, de alimentação, meio ambiente e moradia, segurança, e outros impostos pelo contexto que tantas vezes suprime, hierarquiza e marginaliza pessoas de ambos os sexos e de várias idades, e das classes sociais menos favorecidas. A conquista da cidadania pelo lazer, cujas idéias fundamentais são a consciência da liberdade, da igualdade e da justiça social, requer ações que busquem a reversão de esquemas assistencialistas, de exclusão e de tutela que reduzem o envolvimento dos sujeitos, dificultando a criação de massa crítica para entender a importância do lazer como expressão da alegria pela conquista da liberdade e pela emancipação dos sujeitos. Além disso, a afirmação da cidadania e da melhoria da qualidade de vida pelo lazer requer a reversão de ofertas esporádicas de eventos, centradas em atividades com fins em si mesmas, elitistas, discriminatórias, onerosas, sem reflexos sociais contínuos e conscientes.

Orientada por essa lógica, destaco a *ação comunitária no lazer* como metodologia de mobilização e de intervenção comunitárias das mais satisfatórias que venho desenvolvendo como educadora social em meu trabalho na Secretaria Municipal de Esporte de Belo Horizonte. É por meio dela que cresce o meu entendimento do lazer como busca da dignidade e do respeito ao sujeito - cidadão e sua compreensão como campo de humanização das relações em busca da superação coletiva de limites impostos à população desprovida de bens materiais, de honra, de atividade lúdica e de participação.

Ação comunitária no lazer: um modo de construir a cidadania e a qualidade de vida

O primeiro contra-senso em trabalho comunitário é ter alguém escrevendo teoria sozinho, por isso, neste texto lanço mão de alguns depoimentos de líderes comunitários, protagonistas dos trabalhos de ação comunitária no lazer que desenvolvemos juntos. Com isso, procuro romper com esse lugar privilegiado

de alguém que detém certo saber, prestígio e poder e opto por uma redação mais dialogada. E nessa conversa faço o meu primeiro questionamento: Como incorporar a polifonia das vozes dos que são o objeto da política social, dos que pagam a sua conta (os contribuintes) e dos que a levam a cabo, rompendo com a arrogância e o isolamento do saber dominante?

O segundo contra-senso em trabalho comunitário é ver a comunidade como “comum unidade”. De comum não existe verdadeiramente nada. É o inverso do que significa o adjetivo. Ao contrário, há uma incrível diversidade política, social, econômica e étnica. A comunidade local é um fenômeno dialético complexo. Ler global e criticamente essa realidade não é coisa simples (PEREIRA, 1996). E diante disso faço o meu segundo questionamento: Como mergulhar no universo vocabular, psíquico e cultural e de conflitos, se não me coloco diante dessa realidade social como um semelhante aos que dela tiram a honradez, a dignidade e o sentido da existência?

Analisando as questões levantadas, observo que os projetos de intervenção social só podem acontecer de forma autêntica quando o educador social está plenamente convencido de sua ignorância em relação à cultura da comunidade-alvo.²

“Pra começo de conversa, vocês entendem lazer como cultura? Nós não o entendemos de outro modo. No nosso bairro temos tradições que devem ser valorizadas.”

“Você sabia que nossa comunidade possui grande número de músicos, dançarinos, pintores, escritores, poetas, compositores, artesãos, professores e até profissionais liberais?”

“Nossa atividade comunitária foi ótima, mas a divulgação que fizemos nos cartazes não alcançou todo mundo, pois muitos têm dificuldades pra ler.”

É claro que devemos defender os direitos da nossa população desprovida e evidente que devemos chamar a atenção e denunciar as condições de abandono e precariedade em que se encontram. Mas isso não deve ser feito em nome de uma atitude condescendente, superior, como se ela fosse uma espécie de instituição em extinção, liquidada pelo seu próprio “atraso” cultural (DA MATTA,

² Os depoimentos citados em itálico neste texto foram extraídos de vídeos que registram as experiências desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio dos Projetos Recrear e Centros de Referência Regionalizados de Esporte e Lazer (CRR/EL), executados, respectivamente, no bairro Felicidade, em 1995, e no bairro Santa Maria, em 1996/1997.

1993). Nada disso. Nosso estudo e nossa atenção para com as sociedades marginalizadas devem estar fundados na troca igualitária de experiências humanas; no fato de que podemos realmente aprender e nos civilizar com elas.

O trabalho na comunidade toma como ponto de partida a posição e o ponto de vista do outro, estudando-o por todos os meios disponíveis. Se existem dados históricos, eles são usados; se existem fatos econômicos, isso também é considerado na reflexão; se há questões políticas, elas não ficam de fora. Nada deve ser excluído do processo de entendimento de uma forma de vida social diferente.

“Nosso Conjunto está localizado na região mais valorizada de Belo Horizonte. Se não cuidarmos da beleza e da urbanização, poderemos ter que ir para um lugar muito distante por causa da especulação imobiliária.

Precisamos ter mais líderes, pois são sempre os mesmos que participam de tudo. Precisamos nos unir para resolver o problema da invasão dos terrenos onde queremos construir a creche e o centro cultural.

Olha que questão mais séria. Lutamos tanto pela reforma de vários dos nossos espaços públicos de lazer e não podemos usá-los, pois não são gratuitos.

Um problema que temos é que foram extintas as aulas de Educação Física no curso noturno da nossa escola. A Educação Física é muito importante para o lazer de nossas crianças e jovens que têm tão poucas atividades no bairro.

A vida está muito difícil, e a alegria ainda é uma saída.”

Mas tudo isso deve ser redimensionado segundo a perspectiva sob a qual a intermediação do conhecimento produzido é realizado pelo próprio educando em relação direta com o educador. O educando, qualquer que seja seu conhecimento, tem razões que a nossa teoria pode desconhecer - e frequentemente desconhece. E ele tem uma lógica e uma dignidade que é minha obrigação, enquanto educadora social, descobrir, pois é ali que posso vivenciar sem intermediários a diversidade humana na sua essência e nos seus dilemas, problemas e paradoxos.

Devemos estar atentos, ainda, aos fatores que interferem na comunicação e na nossa leitura da realidade. Pessoas de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas. Essa leitura sempre se ocorrerá com a interferência do leitor. É sempre um julgamento a partir dos nossos valores, pois o olhar é seletivo, torce e retorce uma realidade, dependendo do contexto da nossa leitura. Isso faz com que o outro seja a projeção dos nossos valores, transformando o nosso universo de valores como única forma de pensar o mundo - postura etnocêntrica.

“Vim aqui na reunião do lazer porque sou uma pessoa que há mais de dez anos dirijo clube e nunca conseguimos nada da Prefeitura para me ajudar. E sei mais que todos vocês o que a criançada precisa. Espero que esse projeto dê respostas concretas aos meus pedidos.”

A postura etnocêntrica remete a preconceitos que transformam diferenças em desigualdades, e torna-se objeto de dominação. A diferença é um dado positivo, rico nas relações humanas. Tanto educadores como educandos precisam superar o etnocentrismo, para uma nova leitura da realidade de comunidades e, assim, criar um laço de solidariedade e de respeito às diferenças.

A reação oposta ao etnocentrismo é a apatia. Em lugar da superestima dos valores de sua própria cultura, em uma dada situação, os membros de um grupo abandonam a crença nessa cultura e, conseqüentemente, perdem a motivação que os mantêm unidos e vivos.

“Sentimos a necessidade de criar alternativas esportivas, de lazer, de manifestações sociais e políticas, e precisávamos de parceiros públicos para essa nossa caminhada, pois a comunidade do Conjunto Santa Maria se encontrava apática e descrente quanto ao valor da participação, ao trabalho conjunto e aos eleitoreiros projetos que surgem às vésperas das eleições. Por isso, foi difícil o início da implantação do programa Centros de Referência Regionalizados de Esporte e Lazer em nossa comunidade.”

A ação comunitária pode ser considerada como uma alternativa operacional nas políticas de ação social, de modo geral, e em especial e de forma privilegiada, no campo do lazer, quando a organização que formula a política não quer ver sua

ação confundida ou reduzida à chamada “indústria cultural”, devendo, portanto, revesti-la de características próprias e socioeducativas. (MARCELLINO, 1996).

Entendo a ação comunitária no lazer como esforço de mobilização, organização e capacitação da classe popular com vista a contribuir para o processo de consolidação da autonomia dos cidadãos na prática do lazer, para a diversificação e a democratização dos conteúdos culturais no lazer, levando em conta a necessidade do conhecimento da situação, ou seja, da realidade, dos interesses e das aspirações da clientela mobilizada; sua participação efetiva no planejamento, organização e avaliação das ações e a integração com órgãos e instituições locais, quer em busca de apoio político ou de recursos para manutenção e/ou ampliação da ação.

“Se não tivermos uma comunidade mais organizada dificilmente teremos lazer para todos.

É a nossa participação que faz o sucesso de nossas atividades.

Nós temos muita vontade de fazer muitas coisas, mas para isso é preciso um puxa (líder).

Tendo uma bola e uma rede para balançar, pra eu organizar o futsal é muito fácil. Prêmio a comunidade tem. Meu vizinho doou um troféu velho que fez a maior festa.”

A consideração da interface entre a prática educativa e a prática política presente nessa metodologia leva em conta somente ser possível transformações na sociedade se elas operarem passo a passo com propostas educativas populares que valorizem a participação consciente, crítica e criativa do sujeito no lazer, e a realização de projetos co-gestados entre grupos comunitários e o Poder Público.

“É preciso contribuir, apoiar e incentivar nossos representantes, pois sem união e participação nenhum político fará por nós o que é nosso dever.

Antes do projeto (CRREL) eu achava que para resolver nossos problemas era só ligar pra Prefeitura e dizer: Alô, Prefeitura!!! O muro está caindo!!! Hoje eu vejo que o prefeito quer na verdade é que a gente, junto com vocês participe da solução de todos os problemas.”

A mobilização social é muitas vezes confundida com as manifestações públicas, com a convocação da presença das pessoas em uma praça, passeata ou concentração. Mas isso não caracteriza uma mobilização. Ela ocorre quando um grupo de pessoas, ou uma comunidade, ou uma sociedade, decide e age com um objetivo comum, buscando cotidianamente, solução de problemas sociais que são de responsabilidade de todos os envolvidos no processo. A solução desses problemas sociais envolve mudança social – a alteração da qualidade do viver das pessoas e dos grupos pela transformação de práticas prejudiciais em práticas saudáveis -, pela mudança de valores e atitudes nas comunidades.

Os projetos de intervenção social no lazer promovem idéias e práticas sociais. Seu objetivo último é mudar o comportamento das pessoas. Assim, a finalidade de uma campanha para e pelo o lazer não é simplesmente ajudar as pessoas a ficarem sabendo da sua importância para a saúde e qualidade de vida, mas visam mudar hábitos de lazer.

“Antes do projeto da Prefeitura eu era um alcoólatra, com o seu apoio passei a trabalhar com o desenvolvimento de oficinas de escultura para a comunidade passei a ser um cidadão respeitado por todos.

Com o evento de impacto do CRREL, depois de trinta anos morando aqui pela primeira vez vi os líderes do bairro trabalhando junto. Depois disso, passei a conhecer melhor as pessoas do bairro e a aceitá-las mais. De agora em diante fica mais fácil organizar nossas festas.”

Muitos projetos de educação no lazer que pretendem provocar mudanças sociais têm o objetivo limitado de dar novas informações às pessoas e de, com isso, elevar seu nível de *conhecimento* sobre um objetivo desejado, fazendo com que elas mudem seu modo de pensar. São de relativa facilidade de execução, porque não procuram mudar atitudes ou comportamentos profundamente arraigados.

Outros projetos procuram convencer o maior número possível de indivíduos a fazer uma determinada coisa numa ocasião: organizar uma rua de lazer, por exemplo. Essas campanhas voltadas para *ação* requerem não só a informação de um público escolhido como alvo, mas também que ele faça algo concreto. Podem ter um custo. Mesmo que a atitude de uma pessoa diante de uma ação seja favorável, ela pode não praticar tal ação devido à falta de tempo, à despesa, ao incômodo ou à simples inércia.

Outros projetos podem ser o de convencer as pessoas a alterar algum *comportamento* para o seu próprio bem-estar, como reorganizar seu dia de modo a aumentar seu tempo disponível para o lazer ou mudar seu hábito de vida para combater o estresse. Pode ser mais difícil conseguir uma mudança de comportamento do que uma mudança cognitiva ou de uma única ação. As pessoas têm de se livrar dos velhos hábitos, aprender novos e manter o novo padrão de comportamento. Nos outros casos, as mensagens de comunicação de massa/mídia são eficientes e às vezes suficientes, mas as mudanças de comportamento precisam ser complementadas por intervenções interpessoais. É muito mais fácil vender bolas através de uma campanha de TV do que “vender” uma idéia ou causa social.

A última classe de mudança envolve a transformação de *crenças ou valores* arraigados: mudar a idéia das pessoas sobre a restrita função do lazer apenas como divertimento e descanso. O sentido de identidade e bem-estar da pessoa está enraizado em seus valores básicos. A perturbação de qualquer um desses valores provoca tensão. As pessoas, geralmente, procuram evitar informações perturbadoras, racionalizam-nas ou resistem a tais incursões em seus valores de alguma forma. Por isso, os governantes preferem usar as sanções legais para promover novos comportamentos e valores que as pessoas não adotariam voluntariamente. Passado algum tempo, a obediência a uma nova lei pode produzir as mudanças desejadas de atitudes e valores. É mais fácil proibir que educar.

O fato é que existem inúmeras questões e causas sociais que podem atrair uma ação social no lazer. Toda causa social no lazer tem um objetivo social a ser atingido. O primeiro momento é o do despertar do desejo da necessidade de uma atitude ou mudança; o segundo é o da transformação desse desejo e da consciência em disposição para a ação e na própria ação. Esse objetivo provocará mudanças nas pessoas. Por ordem de dificuldade, essas mudanças são as cognitivas, as de ação, as de comportamento e as mudanças de valores.

No entanto, precisamos ficar atentos ao fato de que muitos, em nome da melhoria da qualidade de vida, vêm revelando perpetuações e/ou mudanças de hábitos, valores, funções e significados na vivência do lazer em que determinados valores são dominantes, condicionando e controlando desejos e realizações culturais.

Se um líder comunitário estivesse no meu lugar, ele certamente não analisaria como eu aqui analisei. Ele estaria reproduzindo o que viu e sentiu, enquanto eu reproduzo o que conceituei, memorizei e decorei.

“A educação popular mudou a ética de se fazer ciência; ou seja, primeiro a experiência e depois a conceitualização. Todo processo de conhecimento se dá dentro dessa ótica. O povo passa o conhecimento pelas mãos, pela vida, enquanto nós o passamos pela área intelectual e racional.” (PEREIRA, 1996)

Como se desenvolve um processo de ação comunitária no lazer?

O desafio da intervenção social para gerar mudanças com o objetivo de considerar as práticas do lazer no conjunto de condições básicas para melhoria da qualidade de vida destaca o processo educativo conscientizador, a participação das comunidades, a valorização e o fortalecimento das iniciativas dos moradores em todos os trabalhos desenvolvidos e a formação de agentes de mobilização social. Para isso, seguem-se algumas etapas:

Escolha da comunidade - Momento difícil de tomada de decisão, pois a escolha da comunidade-alvo sempre é marcada por fatores externos às pessoas que participam dessa escolha, como, por exemplo, pedidos e indicações políticas de interesses pessoais. As dificuldades em eleger prioridades quando fazer escolhas é antes de tudo lidar com a perda do não escolhido também acabam por influenciar as nossas decisões. De fato, alguns motivos nos levam a acreditar que existem algumas condições favoráveis que podem ser encontradas em certas comunidades e que acabam por recomendar o trabalho de intervenção comunitária. São elas: existência de uma entidade representativa da região com estrutura organizacional transparente, de relações internas democráticas e poder descentralizado, aberta ao trabalho de co-gestão com o Poder Público e não de relacionamento com base em favoritismos e trocas, além da presença de atitudes que favoreçam a articulação de outros movimentos, lideranças, formação de novos grupos e segmentos não organizados, propondo espaços multiplicadores de idéias, projetos e ações que correspondam aos anseios e expectativas da comunidade. É desejável, ainda, identificar nas pessoas o desejo de mudanças por meio de ações de lazer conscientizadoras, críticas e criativas, alargando possibilidades de difusão e potencial de multiplicação dessas mudanças. Realizamos, portanto, nessa fase inicial, um pré-diagnóstico das comunidades candidatas, buscando nelas elementos que contribuirão também para o estudo da pré-factibilidade do projeto a ser implantado.

Familiarização com a comunidade - Essa é a fase de inserção, imersão e investigação inicial em que realizamos um diagnóstico participativo, levantando

informações necessárias à identificação de problemas e de necessidades básicas enfrentadas pelo grupo comunitário para as suas práticas de lazer. Esse diagnóstico, ao envolver os beneficiários no seu processo, explicita não só necessidades sentidas, como também as reais não sentidas, e aponta subsídios para a reformulação de objetivos para as etapas seguintes. Nessa etapa de execução do projeto, analisamos aspectos básicos do grupo comunitário, como seus valores, conceitos e significados sobre funções de lazer; suas potencialidades para mudanças culturais; sua localização e potencial geográfico, político e econômico; as características populacionais locais; a cultura familiar e suas condições de existência, de habitar, ocupar, organizar e animar espaços e equipamentos de lazer; suas condições para realizar parcerias; sua cultura de cidadania, de associativismo e cooperativismo; além de experiências, hábitos e memórias de participações culturais em atividades de lazer.

Problematização e programação - Nessa etapa, identificamos e analisamos as demandas, os recursos e as possibilidades de práticas de lazer na comunidade; definimos metas, objetivos e planejamos as ações a serem realizadas.

Ações - Esse é o momento da execução de atividades participativas na comunidade, de capacitação de lideranças por meio de treinamento teórico-prático sobre conceitos, funções e práticas de lazer; seus limites; suas possibilidades; sua diversificação: interesses e gêneros; e estratégias de organização de eventos dessa natureza. Para isso, são desenvolvidas dinâmicas de grupo, palestras e debates; campanhas educativas; orientação sobre adaptação, otimização, criação e integração de equipamentos e de recursos materiais para a prática de lazer; eventos de impacto e de apoio a entidades diversas da comunidade.

Sedimentação - Fase de assessoramento da comunidade durante certo período, apoiando a continuidade das ações, difundindo e retroalimentando o processo desenvolvido até esse momento. Mobilizamos outras lideranças e as instrumentalizamos para a organização de atividades de lazer, com vista à autonomia da comunidade nessas práticas. Nessa fase, buscamos meios de dotar a comunidade de material e equipamento necessários para a manutenção das ações, bem como de remuneração de lideranças que demonstraram interesse e condições de desenvolverem atividades permanentes de lazer na comunidade.

Registro - Considerando que há no Brasil uma emergência de produção e de difusão de conhecimentos sobre o trabalho comunitário, torna-se importante essa etapa com o propósito de colaborar no exercício de conceituar a ideologia do

desenvolvimento comunitário e documentar as ações realizadas de modo a contribuir para a produção de artigos, cadernos temáticos, relatórios, arquivos, vídeos, cartilhas, mostras fotográficas e outros meios de socialização da experiência.

Avaliação - Serão realizadas avaliações quantitativas e qualitativas a partir de critérios definidos coletivamente com o grupo, ao longo de todas as etapas da experiência, com atenção ao desenvolvimento do processo e alcance do produto. Essa etapa considera todos os envolvidos no projeto comunitário: instituição promotora e comunidade-alvo.

À medida que o trabalho de educação para e pelo lazer destaca a importância da transformação social tendo em vista a emancipação das camadas populares no seu fazer lúdico, ele impõe ao educador social a necessidade de ler no saber popular a importância das resistências ao poder dominante, para a efetivação dos projetos transformadores da realidade.

“Muitos projetos chegam para nós sem perguntar nada. Vêm de cima para baixo, sem saber quem somos e quem são nossas crianças. Não queremos as coisas prontas, mas que nos ensinem a pescar.

Nossa comunidade não viu nada disso antes. No dia da festa o palco era tão grande que parecia que ia subir o presidente do Brasil lá. Para a surpresa de todos o palco não tinha político.”

Entendemos que toda concepção de educação inscrita na prática dos sujeitos revela-os como educadores/educandos e que o caráter da prática educativa é definido pela forma de apropriação do poder estabelecido pelos educadores sociais e os grupos populares.

Para MARCELLINO (1996), a ação comunitária no lazer pode atuar como uma proposta de resistência à ação de especialistas que direcionam as programações, oferecendo os chamados “pacotes de lazer” com suas preferências. Opõem-se, também, às ações institucionalizadas, muitas vezes disfarçadas na idéia de participação, camuflando o cumprimento dos objetivos dos grupos envolvidos. Não são apresentadas alternativas, e a participação se dá pela persuasão em atividades ou projetos de interesse institucional.

E aqui encontramos outro grande desafio: como organizar o saber popular em um programa de ação governamental?

Reconhecemos a necessidade de um conhecimento mais organizado das lutas populares, mas seria um equívoco em seguida substituímos essas lutas por “pacotes”. Há descobertas nisso aí. Refiro-me ao gostoso que é desvendar

e equacionar as relações entre população e Poder Público. Esse desvendar quer dizer conquistar o aprender, que para nós é o começo do conhecer pelas vias das relações lúdicas.

Por isso, não podemos nos esquecer de que uma proposta de educação de comunidades para a sua emancipação cidadã não pode estar centrada na mera transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, na criação de espaços nos quais o saber popular possa se manifestar. Assim, o que estamos defendendo é um processo de participação com a compreensão de que isso só será possível a partir da capacitação das comunidades empobrecidas e da formulação de um canal de interação entre elas e o governo, à medida que se manifestar o desejo de um conhecer algo do domínio do outro.

Espero ter deixado para o leitor pistas em busca de respostas às seguintes indagações: O que significa discutir desenvolvimento comunitário pelo e para o lazer em uma época em que falamos de revolução tecnológica e globalização, em que nos relacionamos pela internet? O que significa, ao final dos anos 90, repensar as formas de organização popular, o processo de formação de entidades comunitárias, o desenho de parcerias com moradores de vilas urbanas e, sobretudo, o lazer não como artigo supérfluo, mas como direito que integra as necessidades básicas à qualidade de vida de todos os cidadãos ?

Enfim, o que significa acreditar em ações socio-educativas de lazer frente à descrença no seu poder multiplicador e, ao impasse da valorização que o senso comum dá apenas às ações com resultados imediatistas e massificadoras? (ZINGONI & PINTO, 1997).

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Tecnoprint, 1988.art.1º, Inciso III.

CENTROS de Referência Regionalizados de Esporte e Lazer. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Esportes/PBH, 1998. (Fita de Vídeo - VHS).

DA MATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

- DEMO, P. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- FREIRE, P., NOGUEIRA, A. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- KOTLER, P., ROBERTO, E. L. *Marketing social: estratégias para alterar o comportamento público*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- LAZER solidário. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer/PBH, 1995. (Fita de Vídeo - VHS).
- MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- PEREIRA, W. C. C. *Metodologia do trabalho comunitário*. Belo Horizonte: PUC/Minas, 1994.
- PINTO, L. M. S. M. A diversidade cultural no lazer. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER/ENAREL, 9, 1997, Belo Horizonte. *Coletânea*. Belo Horizonte: UFMG/PBH, 1997. p.21-37
- SOUZA, M. L. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- TORO, A. J. B. , WERNECK, N. M. D. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal/ Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior/ UNICEF, 1997.
- ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- MORAIS, P. Z. M. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. *Motrivivência*, Rio Claro/SP, v.10, n. 11, p.31-46, set. 1998.
- _____. , PINTO, L. M. S. M. *Centros de Referência Regionalizados de Esporte e Lazer; um passo a mais para a sua concretização*. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER/ENAREL, 9, 1997, Belo Horizonte. *Coletânea*. Belo Horizonte: UFMG/PBH, 1997. p.746-754.